

Mudar o Legislativo

Os escândalos deixam como lição a necessidade de se eleger candidatos de inquestionável capacitação moral

É muito amargo o travesseiro da crise política. Os cidadãos conscientes se sentem envergonhados com o comportamento antiético e até criminoso de muitos parlamentares federais e estaduais. Em Brasília, o mensalão, o valerioduto. Vê-se o desfile de parlamentares confessando corrupção passiva, isto é, o recebimento de propina, e por isso festejados por colegas como heróis da resistência contra a moralidade. É uma chocante inversão de valores. Os casos identificados nas CPIs, que não são todos, desfalcaram o erário público em aproximadamente R\$ 2 bilhões, e nunca se falou em ressarcimento.

No Espírito Santo, o Esquema das Associações surrupiou R\$ 26,7 milhões da Assembléia Legislativa, e vários acusados continuam exercendo mandato, completamente impunes, desafiando a paciência dos homens de bem - que constituem a maioria. A sociedade está sendo desrespeitada; o

EDITORIAL

eleitor, agredido pela representação popular exercida indignamente. O espetáculo da corrupção e a permanência dos seus atores na cena política causam, ao mesmo tempo, sensações de indignação e de impotência.

Não há como remediar a situação imediatamente. O que é possível é a prevenção contra decepções futuras. Deve-se tentar impedir, por meio do voto popular, que as atuais associações criminosas, ou outras, tenham assento nos legislativos a partir de 2007. Teoricamente é assim, sem rodeios. A prática é que é muito complexa. O eleitor criterioso também é hipnotizado pelo discurso de candidatos embusteiros. E também é impossível criar a jato uma massa crítica de conscientização política, tornando possível reduzir o voto alienado a um número mínimo. É questão educacio-

nal, cujas soluções são a médio e longo prazos. Isso quer dizer que o processo de melhoria da representação popular é lento e gradual. Não se fará tudo de uma vez, embora o modelo que aí está pareça esgotado em legitimidade. Corroeu-se pelo descontentamento popular.

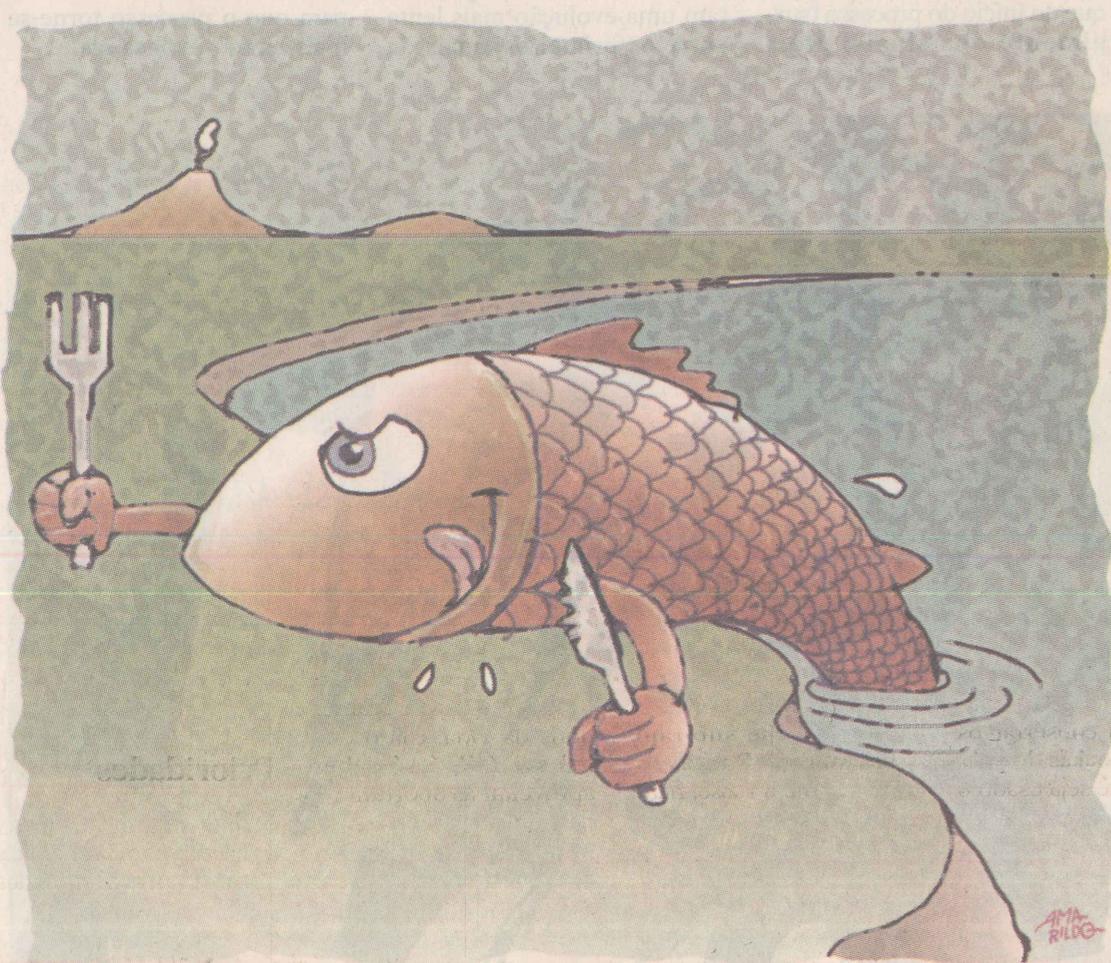
O voto em branco não é solução de mudança. Ao contrário, ajudará a piorar o que já está causando repugnância. A probabilidade de alastramento dessa atitude foi detectada em pesquisas recentes, refletindo o clima dos escândalos, mas preocupa muito. É preciso ser refreada. Significa jogar a toalha. É a rendição do eleitor honesto aos maus políticos. Será danoso para a democracia desperdiçar votos conscientes numa atitude precipitada.

A grande questão posta neste momento é: o que pode ser feito para que alguma mudança positiva ocorra nos legislativos, federal e estadual, a partir do resultado da eleição de outubro. A

resposta lógica é: usar a informação como arma decisiva na definição do voto. Mas é óbvio que a questão não é apenas substituir muitos dos atuais parlamentares. É trocá-los por pessoas com melhor capacitação, sobretudo moral.

Há uma lição que de há muito deveria ter sido aprendida pela sociedade: dá-se relativamente pouca atenção ao Legislativo no momento do voto. Desenvolveu-se um foco de interesse muito intenso - o que é válido e democrático - sobre os postulantes ao Executivo (candidatos a presidente da República, a governador e a prefeito), minimizando-se a investigação sobre os candidatos a senador, deputado e vereador. Essa tarefa é mais difícil porque os postulantes são muitos e, na divisão do tempo na TV, individualmente ficam pouco expostos. Mas há meio de se conhecer a ficha do candidato em quem se vai votar, e isso não se deve deixar de fazer.

O voto deve ser orientado por ampla investigação sobre o candidato. O descuido tende a ser desastroso



Ponto de vista

A defasagem da lei eleitoral

A crise política de 2005 escancarou o que já se sabia e criou um sentimento de urgência para se mudar a legislação eleitoral, para estancar delitos como o financiamento de campanha pelo caixa dois. Essa expectativa se frustrou?

CLAUDIO VEREZA

Deputado estadual e presidente do PT no Espírito Santo

LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS

Ex-prefeito de Vitória e presidente estadual do PSDB

Articulações

O consenso

O primeiro passo

VERISSIMO

O que será que ele queria?

- Quem?
- O Tik.
- Que Tik?

- O Tiktaalik roseae. O peixe com patas que encontraram fossilizado no Canadá. O tal elo que faltava entre a vida primeira no mar e a vida animal na terra. Entre o peixe e o réptil e tudo que veio depois, incluindo você e eu. A primeira prova definitiva de que uma espécie se transforma em outra. O que ele queria?

- Não queria nada. Evoluir não foi uma decisão sua. Aconteceu. De acordo com a teoria clássica da evolução, mutações aleatórias determinam a sobrevivência de uma linhagem. Uma linhagem de peixes simplesmente criou patas e por isso pôde sair do mar e caminhar na terra.

- Não, não. Não subiu à terra porque criou patas. Criou patas porque queria subir à terra

- Você acha que ele pensou "Chega de viver na água, vou tomar um solzinho na praia e começar outra forma de vida?" E criou as próprias patas?

- Não. Mas alguma coisa o

impeliu. Uma visão. Um plano inconsciente. Uma vontade misteriosa que fez com que a sua linhagem, através de milhões de anos, desenvolvesse patas para pisar na terra. E ele, o Tik, desse o primeiro passo.

- Não me venha com design inteligente.

- Não. Não sei o que é esse ímpeto ou que nome tem. Seja o que for, a evolução não o explica. Nada o explica. O que ele queria? Tinha tudo que precisava no mar. Era um predador de bom tamanho e dentes afiados, e tinha pescoço. Podia olhar para trás, coisa que nenhum outro peixe pode. Portanto era um sucesso na cadeia de alimentação. Mas quis abandonar tudo isso por uma aventura terrestre. Por quê?

- Está aí a sua resposta. Ele era um predador. Tinha o ímpeto do predador. Subiu à terra na busca de alimentos diferentes. Só queria uma dieta diversificada. Durante milhões de anos sua linhagem namorou os frutos da terra, sem poder alcançá-los. E era tanta a sua fome de novidades

que ela acabou desenvolvendo os meios para ir pegá-los. É como a versão bíblica da Criação, a história da Eva e a fruta proibida. Adão e Eva também tinham tudo do que precisavam, mas queriam mais, queriam outra coisa. Como o Tik. E a sua inconformidade também deu origem à humanidade, segundo a Bíblia. Fome e curiosidade, são as duas forças que movem o mundo. Fome e curiosidade são as responsáveis por tudo. Até pata em peixe.

- O fato é que se o Tik não tivesse dado aquele primeiro passo toda a vida animal se desenvolveria no mar. Você e eu hoje teríamos guelras e nadadoras em vez de membros.

- E não poderíamos estar tendo esta conversa.

- Sei não. Dizem que os golfinhos conversam...

- Mas não especulam, não têm teses, e não se maraviham como nós.

- Obrigado, Tik.

Luis Fernando Verissimo

escreve às quintas-feiras e aos domingos

Articulações conservadoras

A inexistência de uma real reforma política, mesmo sendo esse o anseio de grande parte da sociedade civil organizada e de agentes públicos no Congresso Nacional, denota, contraditoriamente, frustração política, mas ao mesmo tempo exibe a correlação de forças políticas naquela Casa de Leis.

As modificações feitas pelo Projeto de Lei 5855/05, de autoria do Senado Federal, aprovada no Congresso Nacional, que altera a Lei Eleitoral 9504/97, não alteram a crise política que se construiu no país pela sedimentação de práticas individualistas, inibidoras de planos programáticos e coletivos. Isto porque as mudanças não restringem significativamente a influência do poder econômico nas eleições e não atacam a lógica da cultura partidária brasileira, permeada pela fragmentação e pelo fisiologismo. Prova disso é que questões centrais como financiamento público de campanha e exigência de fidelidade partidária não foram alteradas.

Ainda assim, algumas alterações fragmentadas - a criação de mecanismos de transparência, barateamento de campanhas (já que os prazos para escolha de candidatos, registro de candidaturas e prazo de campanha foram reduzidos), proibição de brindes e showmícios, etc. - foram feitas e, se efetivadas já nestas eleições, poderiam alargar a margem de ação das forças progressistas.

O aumento de volume do debate público foi sabotado por forças partidárias conservadoras que não só atrasaram o debate sobre o Projeto de Lei como retrocederam modificações. Ora, se as próprias forças conservadoras apontam como pivô da crise os recursos para campanha, porque não adotar já para essas eleições medidas de saneamento da influência financeira sobre as eleições no Brasil?

Outra alteração importante fica para as próximas eleições: a proibição da divulgação de pesquisas eleitorais, por qualquer meio de comunicação, a partir do 15º dia anterior ao dia do pleito. O que está em questão com essa medida é a defesa incondicional da liberdade de expressão e direito à informação submetendo-se ao interesse público que deve resguardar o voto universal como base do sistema democrático. Se assim não for, o resultado imediato é a violação do interesse coletivo.

O consenso e o desacordo

A reforma do sistema político brasileiro é um desses consensos curiosos que existem em nosso país. Todos concordam sobre sua necessidade, mas, como não se forma nenhum acordo sobre o que deve ser alterado, o debate termina com todos concordando que, para a próxima eleição, nada pode ser mudado.

A questão da verticalização, por exemplo, dominou o debate com momentos tensos e dramáticos, envolvendo a interpretação do artigo 16 da Constituição, que trata das regras do jogo eleitoral e do prazo mínimo de um ano antes do pleito para se fazerem alterações.

O Congresso Nacional foi derrotado ao querer derrubar a verticalização a menos de um ano das eleições. As outras mudanças em discussão, como as novas restrições aos showmícios, à distribuição de brindes, mais rigor no controle dos gastos e na prestação de contas, a divulgação de pesquisas e outros temas já aprovados só deverão entrar em vigor nas próximas eleições, pela mesma razão que levou o Supremo Tribunal Federal a decidir pela inconstitucionalidade da emenda que derrubou a verticalização: o princípio da anualidade do artigo 16.

Já vi eleições serem influenciadas pelo uso fraudulento de falsas pesquisas de opinião. Acho correto limitar o tempo de divulgação de pesquisas, exigir registro prévio na justiça eleitoral e os demais cuidados previstos na legislação em processo de aperfeiçoamento.

Pesquisas de opinião são ferramentas fundamentais do marketing político moderno. Elas ajudam os bons políticos a monitorar a reação do eleitorado e a formular estratégias e propostas. Maus políticos e institutos de pesquisa desonestos acabam sendo desmascarados e desmoralizados.

As eleições justas são como os mercados saudáveis: dependem de boas regras, juízes eficientes e honestos e opinião pública atenta e vigilante.

REPRESENTANTES COMERCIAIS

RIO DE JANEIRO/RJ: (21) 2491-1350
Solidia Conceitual Ltda.
solidia@solidaconceitual.com.br

SÃO PAULO/SP: (11) 5052-5129
FTPI Representação Publicidade Ltda.
anuncios@ftpi.com.br

BRASÍLIA/DF: (61) 226-6601
Pereira de Souza & Cia. Ltda.
zeliad@pereiradesouzadf.net

PREÇOS

EXEMPLAR
ES/BA/MG: R\$ 1,50 de segunda a sábado e R\$ 2,00 aos domingos. Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília: R\$ 2,50

PREÇO DA ASSINATURA: ESPÍRITO SANTO:
Semestral única R\$ 212,50
Semestral parcelada: 3 vezes de R\$ 72,25
4 vezes de R\$ 54,70
Anual única R\$ 399,00
Anual parcelada: 4 vezes de R\$ 102,75
6 vezes de R\$ 69,80
8 vezes de R\$ 53,30

OUTROS ESTADOS

Semestral única	R\$ 355,40
Semestral parcelada: 3 vezes de	R\$ 129,50
4 vezes de	R\$ 99,70
Anual única	R\$ 684,15
Anual parcelada: 4 vezes de	R\$ 180,30
6 vezes de	R\$ 125,50
8 vezes de	R\$ 94,60

SERVÇOS NOTICIOSOS

Agência Folha (AF), Agência Globo (AG), Agência Estado de São Paulo (AE), Associated Press (AP)